



Assembleia Nacional: avaliação, planejamento e eleição do novo Secretariado



O Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente realiza, de 21 a 23 de setembro, em Brasília (DF), sua assembleia nacional anual. O evento é aberto às entidades filiadas ao Fórum Nacional DCA e aos fóruns estaduais.

A XIV Assembleia Nacional terá como pauta a avaliação da conjuntura atual, balanço da atual gestão, planejamento de ações e eleição do novo Secretariado Nacional (veja programação). Está prevista a participação de cerca de 80 atores sociais. Os recursos para realização da assembleia fazem parte do projeto de qualificação da intervenção da sociedade civil na garantia dos direitos da criança e do adolescente, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e financiado com recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, por meio de convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

De acordo com o artigo 8º do Estatuto da Sociedade Brasileira de Defesa da Criança e do Adolescente, entidade mantenedora do Fórum Nacional DCA, somente estarão aptos a votar e serem votadas na eleição do novo Secretariado Nacional as entidades filiadas que estiverem em dia com o pagamento da anuidade. Os representantes dos fóruns estaduais também só poderão participar mediante o envio de ata comprovando a sua indicação em reunião colegiada do fórum.



Uma das inovações desta assembleia são os critérios de representação e participação, que foram antecipadamente divulgados no Edital de Convocação. Com estes critérios, o Secretariado Nacional acredita que a participação terá melhor qualificação e repercutirá no futuro do Fórum DCA. Inclusive, muitos especialistas e entidades da área estão solicitando ao Fórum para participar do encontro na qualidade de ouvintes.

O primeiro dia da Assembleia Nacional será dedicado à prestação de contas da atual gestão. Serão apresentados um balanço das atividades realizadas no biênio 2004/2005 e também um balanço financeiro.

Na análise de conjuntura, segundo dia do evento, a professora Elaine Behring, do departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ, fará uma exposição sobre "Como a sociedade civil se articula no contexto atual", seguida de debate.

Em seguida, os participantes vão trabalhar no planejamento de ações, parcerias e metas para os próximos dois anos respondendo ao questionamento "O Fórum Nacional que queremos?".

O terceiro e último dia da Assembleia Nacional terá como pauta a avaliação de novas filiações – cerca de dez entidades estão apresentando o pedido de filiação ao Fórum Nacional DCA – e a eleição para o novo Secretariado Nacional (biênio 2006/2007).

PROGRAMAÇÃO XIV Assembleia Ordinária do Fórum Nacional DCA 21 a 23 de setembro de 2005 Brasília (DF)

21/9 quarta-feira

- Tarde
- Chegada participantes
- Lanche

Noite

- 18h Jantar
- 20h Abertura
- Prestação de contas da gestão 2004/2005*
- Atividades
- Financeira

22/9 quinta-feira

Manhã

- 8h Café da manhã
- 9h - Aprovação do Regimento da Assembleia.
- 10h - Análise de Conjuntura:

Como a Sociedade Civil se articula no contexto atual;

- 11h30 - Debate
- 12h30 - Almoço

Tarde

- 14h30 *O Fórum Nacional que queremos?*
- Trabalho em Grupo
- 16h30 Lanche
- 17h Apresentação resultados do Trabalho em Grupo

Noite

- Noite de confraternização

23/9 sexta-feira

Manhã

- 8h Café da manhã
- 9h - Novas Filiações
- 10h - Eleição do Secretariado Nacional (2006/2007)
- 13:30h Almoço

Tarde

- 14h30 Retorno participantes



Informativo FNDDCA

Journal do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescentes
Ano 1, nº 1, Setembro de 2005 - Brasília (DF)

Editorial

COMPROMISSO COM A TRANSPARÊNCIA

A atual gestão do Secretariado Nacional do Fórum DCA chega ao final do seu mandato com a sensação do dever cumprido. A publicação deste **Informativo** é um marco do que pautou a atuação deste Secretariado: o compromisso com a transparência. Embora a gestão só termine em dezembro, esta publicação tem a pretensão de iniciar uma prestação de contas. Como entendemos que a mobilização e articulação das entidades que atuam na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente são um processo contínuo e histórico, nosso **Informativo** tenta ainda resgatar uma linha do tempo, embalado pelo aniversário de 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Algumas conquistas precisam ser exaltadas pelo que representaram como avanço e resgate de reivindicações antigas. Uma delas foi o investimento na área de comunicação social. Graças ao apoio imprescindível do Unicef, o Fórum Nacional DCA conseguiu a contratação de um Assessor de Comunicação, que elaborou um plano estratégico para dar visibilidade às muitas ações em execução.

Com novo layout foi retomada a circulação do informativo eletrônico **Rapídim**. O site do Fórum passa por uma total reformulação e em breve estará disponível aos internautas, com conteúdo ampliado, maior dinamismo e mais espaço para as entidades filiadas e fóruns estaduais. Outros frutos na área de comunicação são cartaz, folder, manifestos políticos, artigos e assessoria de imprensa, inclusive em apoio ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), quando necessário e estratégico para a sociedade civil.

O Secretariado tem também o orgulho de ter retomado a articulação política do Fórum DCA em várias frentes. Um bom exemplo foi a articulação do relatório sobre a situação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, produzido pela Ancead, e apresentado pela sociedade civil no Comitê da ONU, em Genebra, em junho de 2004. Muitos outros espaços contaram com a participação política do Fórum Nacional DCA nestes últimos dois anos.



O diálogo permanente com os representantes da sociedade civil que integram o Conanda é outra característica da atual gestão. Mensalmente, sempre às vésperas da reunião do Conselho, o Secretariado do Fórum Nacional DCA reuniu-se com os representantes para discutir sobre os mais diversos temas.

Foram realizadas viagens de articulação aos fóruns estaduais de Alagoas, Paraíba, Tocantins, Maranhão, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Norte, São Paulo, Ceará, Piauí, Pernambuco, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Goiás, com resultados muito acima das expectativas.

É importante ressaltar ainda o comprometimento das entidades que compõem o Secretariado. Foi este comprometimento que viabilizou as inúmeras reuniões do Secretariado (frequentemente mais de uma vez por mês) para planejar e executar suas ações.

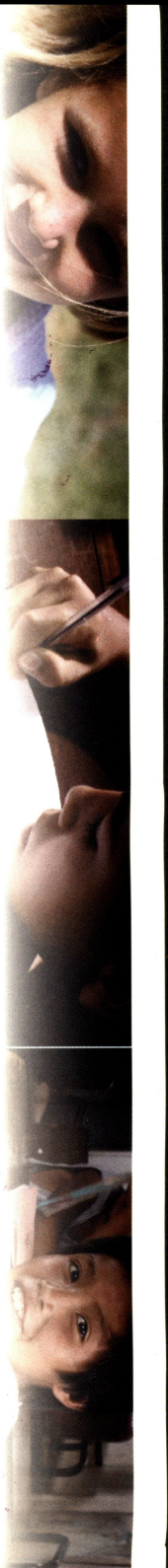
Tudo isto, no entanto, só foi possível graças à consolidação do saneamento administrativo e financeiro do Fórum e também ao projeto de qualificação da intervenção da sociedade civil na garantia dos direitos da criança e do adolescente, aprovado pelo Conanda e financiado com recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Assim, aproveitamos para reafirmar nosso compromisso com a transparência e com a bandeira da criança e o adolescente como **prioridade absoluta**. Tenham todos uma boa leitura!

Secretariado Nacional do Fórum DCA

Distribuição Gratuita

IMPRESSO





O Fórum Nacional da Criança e do Adolescente e as Metas do Milênio

Vicente Falcueto*

O título "Um Brasil para as crianças" dado ao documento conhecido por todos como Metas do Milênio vem confirmar a esperança de todos aqueles que sonham e acreditam na garantia dos direitos humanos, de modo especial da criança e do adolescente.

Os dados situacionais em 2003 revelam a crescente ou decrescente realidade brasileira no atendimento e cuidado à criança e ao adolescente. Mais do que estacionar no presente, a perspectiva e expectativa da garantia revelam sentimentos carregados de esperança. Traçar metas de vida e de esperança fortalecem e revitalizam as energias dos cidadãos comprometidos com a transformação social.

Os eixos básicos dessa iniciativa estão alicerçados nos aspectos humanos que deveriam ser conquista de toda sociedade, sem exceção, que se apresentam com as seguintes titulações: promovendo vidas saudáveis, acesso à educação de qualidade, garantindo os direitos das crianças.

Dai, não se pode refutar em citar mais uma vez, que a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 227, estabelece que: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Sempre atentos na qualidade de sujeitos de direito em condição peculiar de desenvolvimento, à criança e ao adolescente devemos garantir o direito à proteção especial. Vale dizer, que os direitos especiais reconhecidos às crianças e aos adolescentes decorrem desta peculiar condição de ser humano em desenvolvimento. Infelizmente, essa realidade não é encontrada nos dados que a pesquisa apresenta. Porém, sonhamos com a realização das metas.

Como consequência dessa realidade, mais do que nunca, "o Estado e a sociedade devem assegurar, por meio de leis ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o pleno desenvolvimento das capacidades físicas, mentais, morais, espirituais e sociais, cuidando para que isso se dê em condições de liberdade e de dignidade".

Falar em liberdade quando não garantimos a dignidade é o mesmo que não honrar com os compromissos assumidos com a proposta orçamentária. Com base em uma estimativa de gastos para alcançar as metas do Plano Ibero-Americano e dos valores que serão gastos pelo Brasil no período (R\$ 429 bilhões), se estima que para alcançar as metas propostas, o país precisaria investir quase o dobro dos recursos já previstos.

Estamos em 2005, a cinco anos do prazo estabelecido nas Metas. Sabemos que o orçamento é a principal ferramenta para a efetivação das metas. O cenário político que atravessa o Brasil não é nada promissor. Segundo o presidente do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, José Fernando da Silva, "a proposta orçamentária de 2006 é o menor valor dentro do período, 1995 a 2006, representando apenas 4,7% do orçamento autorizado em 2005, um terço do orçamento de 2004 e menos de 5% do orçamento autorizado no exercício de 1995".

Será que "O Brasil que queremos" para as nossas crianças continuará somente como sonho dentro das Metas do Milênio?

O Fórum DCA na linha do tempo dos direitos da criança e do adolescente

O Fórum Nacional DCA é fruto do processo de mobilização de várias entidades. Ao longo de sua trajetória, esteve presente a cada passo na caminhada pela construção de uma sociedade mais justa. A mobilização em defesa dos direitos da criança e do adolescente, que culminou com a criação do Fórum, fez parte do processo de redemocratização da

1974 sociedade brasileira na década de 80. Neste espaço vamos tentar contar um pouco desta História.

1979

• Comissão de Direitos Humanos da ONU começa a elaborar a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

1980 a 1984

• Educadores desenvolvem trabalho direto nas ruas, estabelecendo um novo relacionamento com as crianças e os adolescentes.

1985

• Nasce o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNMR).

1986

• Inicia-se um amplo movimento de participação popular na Assembleia Nacional Constituinte.

• I Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (participação de 500 crianças e adolescentes, fato inédito no mundo!).



* Secretário Nacional do Fórum Nacional DCA, representando a UBEE - União Brasileira de Educação e Ensino - Marista.

Expediente

Publicação do Fórum Nacional DCA, um espaço democrático da sociedade civil que tem como missão garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, por meio da proposição, articulação e monitoramento das políticas públicas e da mobilização social, para construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Os textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Jornalista Responsável: Luis Cláudio Aves - Registro profissional: 2.434/13/06/DF

Colaboração: Jornalista Patrícia Nascimento e ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

Fotos: acervo do Fórum Nacional DCA e Girassolário.

Secretariado Nacional: Vicente Falcueto - Secretário Nacional (UBEE - União Brasileira de Educação e Ensino - Marista); Itamar Batista Gonçalves - Secretário Adjunto (Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças); Maria Natércia Leath Cunha - Secretária de Finanças (CFP - Conselho Federal de Psicologia); Tiana Sento-Sé - Secretária de Articulação (IBISS - Instituto Brasileiro de Inovações Sociais).

Suplência: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Conselho Fiscal: Amencar, Inesc e Pastoral do Menor, Suplentes: CGT e Cecria.

Secretaria Executiva: SAS Quadra 05 - Bloco N - Lote 01 - sala 218 - CEP 70.070-913 - (61) 3323-6992 ou 3322-6444 - Selma Batista (secretária executiva - Luis Cláudio Aves (assessor de comunicação) - Graciela Lima Aguiar (assistente financeiro) forumdca@forumdca.org.br, comunicacao@forumdca.org.br, www.forumdca.org.br

Cresce a articulação com os fóruns estaduais

O crescimento do relacionamento com os fóruns estaduais foi um dos desafios da atual gestão. Nos últimos dois anos quase vinte estados brasileiros receberam a visita de integrantes do Secretário Nacional do Fórum DCA. Somente no segundo semestre deste ano, o Fórum DCA esteve em Tocantins, Maranhão, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Pernambuco, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Ainda este ano, Goiás também será visitado.



Mais do que a presença institucional do Fórum DCA, as visitas representaram em muitas oportunidades a retomada das articulações entre as entidades de defesa da criança e do adolescente nos estados. As viagens fazem parte do projeto de qualificação da intervenção da sociedade civil na garantia dos direitos da criança e do adolescente, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

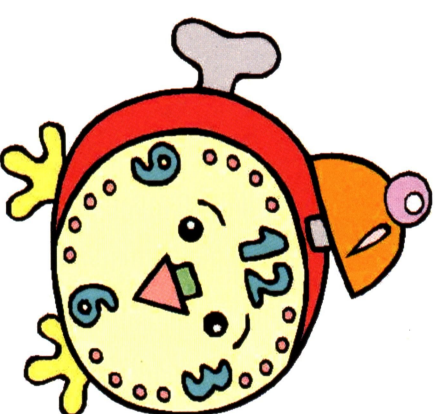
(Conanda) e financiado com recursos do Fundo para a Criança e o Adolescente, por meio de convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

As viagens de articulação aos estados foi incluída no planejamento estratégico do Fórum DCA, elaborado no ano passado com a participação dos 27 fóruns estaduais e das entidades filiadas. O principal objetivo destas viagens foi contribuir para o fortalecimento da mobilização entre as entidades filiadas aos fóruns estaduais e os municípios. Nesses encontros a tônica das discussões girou em torno do papel político dos fóruns na discussão das políticas públicas junto aos conselhos e no exercício do controle social.

A questão do orçamento para a área da infância e da adolescência também foi tema comum a quase todos os estados. A necessidade de participação dos fóruns estaduais em todas as fases de elaboração dos orçamentos municipais e estaduais foi enfatizada pelo Fórum Nacional DCA.

Em muitos estados foi possível construir uma agenda mínima de atuação para os próximos meses. Além disso, os relatórios finais das visitas vão apresentar um verdadeiro raio-X da situação de cada estado, no que se refere à mobilização das entidades, relacionamento com os conselhos e monitoramento das políticas públicas.

Na avaliação do Secretariado Nacional do Fórum DCA, as dificuldades e desafios apontados pelos fóruns estaduais serviram de subsídios para elaboração de novos projetos que contribuíam para o fortalecimento destes espaços e, consequentemente, com uma maior qualificação da atuação da sociedade civil.



Seja parceiro desta iniciativa:

Deposite sua contribuição no **Bradesco, Agência nº 0606-8, conta corrente nº 111.136-1, em nome de Sociedade Brasileira de Defesa da Criança e do Adolescente**

• Projeto de Qualificação da Intervenção da sociedade civil na garantia dos direitos da criança e do adolescente (Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente).

• Reestruturação da Secretaria Executiva (atribuições e perfil).

• Viagens de articulação a Fóruns Estaduais: Alagoas, Paraíba, Tocantins, Maranhão, Amapá, Acre, Goiás.

• Estratégias de comunicação do Fórum DCA (cartaz, folder, site, jornal, manifestos políticos, artigos, assessoria de imprensa, publicações).

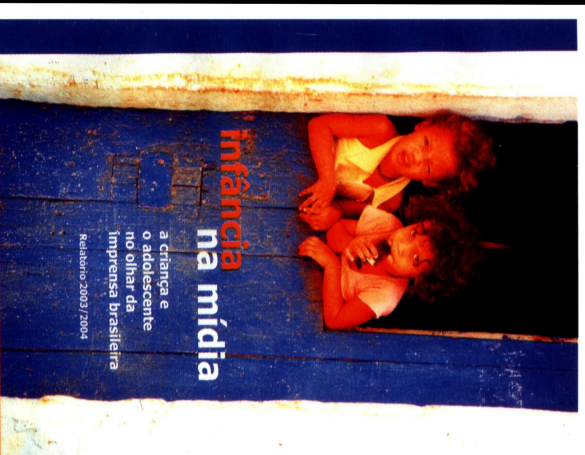
• 15 anos do ECA.

Fontes: Ozanira Ferreira da Costa, Vicente Falcueto, José Fernando da Silva, Márcio Sanches, Cláudio Augusto Vieira, site Fórum DCA.



Cobertura da mídia apresentou evolução ao longo dos anos

Marco Túlio Alencar*



Em 1996, quando a ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância e o Instituto Ayrtton Senna publicaram, pela primeira vez, a pesquisa *Infância na Mídia*, a intenção foi identificar os assuntos relativos à infância e adolescência aos quais a mídia brasileira dispensava maior atenção. A idéia era oferecer aos profissionais de imprensa um retrato da cobertura, sugerindo que o relatório era um instrumento para reflexão sobre os compromissos sociais da mídia. Naquele ano, 10.700 matérias sobre o tema foram publicadas nos principais jornais do país.

Depois de uma década – na qual assistiu-se à consolidação da temática infância na imprensa escrita, com um crescimento de mais de 1.000% no número de textos –, a pesquisa aprofundou-se no sentido de considerar principalmente as variáveis de conteúdo (causas, consequências, soluções, pluralidade de fontes ouvidas). Este fato permitiu à própria ANDI e aos parceiros pelos direitos da criança e do adolescente, a maioria deles reunidos no Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, direcionar as ações e estratégias para os assuntos pouco abordados. A própria pesquisa *Infância na Mídia* passou a destacar temas a cada edição que, a seguir, deram origem à série *Mídia e Mobilização Social* (ANDI, Unicef e Editora Cortez), que já tratou de questões como educação, saúde, drogas, exploração sexual, trabalho infantil e conselhos tutelares.

Educação – A pesquisa *Infância na Mídia* registrou ainda um importante salto na cobertura sobre as políticas públicas para crianças e adolescentes. Ao final de 96, a primeira análise elaborada pela ANDI apontou um fato preocupante: Educação era a grande omissão dos jornais brasileiros. Apesar de apontada por todos como a principal saída para a maior parte dos problemas do País, aparecia em 6º lugar no *ranking* dos mais abordados naquele período e a cobertura apresentava pouca profundidade.

* Jornalista da ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

- conjuntura política da defesa, promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente;
- Planejamento Estratégico do Fórum Nacional DCA.
- Elaboração de plano estratégico de comunicação do Fórum DCA.
- Retomada da publicação do informativo eletrônico do Fórum DCA, *Rapidity*, com novo formato.
- Projeto de Qualificação da intervenção da sociedade civil na garantia dos direitos da criança e do adolescente - Fórum DCA (Unicef).
- Articulação e eleição da sociedade civil no Conanda.
- Fórum Social Nordestino.
- Articulação relatiório sobre a situação dos direitos da criança e do

Sociedade, governo e empresas,

mobilizados em torno do tema, fizeram com que, em 1998, a Educação passasse definitivamente para o primeiro lugar, posição na qual se mantém até hoje. O assunto, a partir daquele momento inseriu-se definitivamente na pauta de debates nacionais e consolidou-se como prioridade para a imprensa.

Estes fatos vêm confirmar a importância dos meios de comunicação de massa no agendamento do debate público e fazem concluir que a cobertura tem grande poder de interferir na transformação da sociedade e contribui para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.



Temas mais abordados

(de acordo com o número de matérias de jornais e revistas)

Tema	Posição
Educação	1º
Violência	2º
Saúde	3º
Direitos e Justiça	4º
Terceiro Setor	5º
Exploração e Abuso Sexual	6º
Comportamento	7º
Cultura e Esportes	8º
Drogas	9º
Exploração do Trabalho Infantil	10º



adolescente no Brasil, apresentado pela sociedade civil no Comitê da ONU, em Genebra (produção: Ancecl).

- Comitê Intersetorial de Elaboração do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.
- Pró-conselho Brasil.
- Discussão do SIMASE e do Projeto de Lei de execução das Medidas Socioeducativas.

2005

- Fórum DCA aproxima política de captação de recursos.
- Fórum DCA viaja à Alemanha e apresenta projetos de captação de recursos a várias instituições.
- Fórum DCA inicia reformulação do site.



Orçamento Público e Controle Social

Ivanir Batista Gonçalves*

É fundamento de um sistema democrático a participação da sociedade na organização e no destino de seu país. Tal participação pode ocorrer com diferentes graduações: da representação e do voto puro e simples até o efetivo controle social da administração pública. Entre os que desejam a justiça social, não há dúvidas de que o caminho é a ampliação cada vez maior de tal controle visando à garantia da prioridade da área social nos investimentos públicos.

Entre os principais requisitos para que a sociedade possa exercer esse papel, está a disponibilização de informações pelos gestores públicos. Embora previsto na Constituição Federal, o acesso da população a todas as informações públicas ainda não foi regulamentado. Outros desafios são a qualificação da população para a compreensão de tramites de funcionamento da máquina pública, o fomento a cultura de participação, além da implementação dos espaços institucionais.

Apesar dos obstáculos, a consolidação dos movimentos sociais e o crescente confronto de idéias com o poder público, tanto na mídia quanto nos diversos fóruns que a prática democrática tem viabilizado, têm originado nas organizações da sociedade civil que lutam pelos direitos da criança e do adolescente a necessidade de acompanhar, analisar e debater os caminhos do poder público. As organizações da sociedade civil hoje estão aprimorando sua capacidade de diagnóstico da situação de crianças e adolescentes e de avaliação das políticas públicas disponíveis para melhorá-las. A avaliação destas políticas, sua suficiência e pertinência passam necessariamente pela avaliação do orçamento público.

Os conselhos e fóruns dos Direitos, espaços privilegiados de busca pela efetivação do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, são os lugares por excelência onde a democracia participativa se torna presente e, a população, através de entidades representativas constituiu e monitoram as políticas necessárias para a criança e o adolescente. Para tanto, é necessário que a sociedade civil realmente ocupe o espaço garantido constitucionalmente. Só assim a população terá meios para exigir que os recursos, construídos por ela e arrecadado pelo Estado, sejam revertidos em qualidade de vida e garantia de dignidade para todos.

Foi com este foco que elaboramos no Fórum Nacional DCA, o projeto "Qualificação da Intervenção da Sociedade Civil na Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente", junto aos Fóruns Estaduais.

Orçamento	Data de encaminhamento ao Congresso Nacional	Data de Aprovação
Plano Plurianual - PPA	Agosto do primeiro ano de mandato	Dezembro
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO	Abril de cada ano	Junho de cada ano
Lei de Orçamentária Anual - LOA	Agosto de cada ano	Dezembro de cada ano



* Secretário Adjunto do Fórum Nacional DCA, representando a Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças.



- Reunião para elaboração da emenda "Criança Prioridade Nacional", revelando a importância das entidades se articularem para se fortalecerem conjuntamente.

1987

- Campanhas "Criança Constituinte" e "Criança - Prioridade Nacional".

- Assembleia Geral das Nações Unidas aprova a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- II Assembleia Nacional do Fórum DCA.
- Mobilização pela inclusão dos direitos da criança e do adolescente nas constituições estaduais e leis orgânicas municipais.
- Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (ocupação do plenário do Congresso Nacional e aprovação simbólica do Estatuto da Criança e do Adolescente).

1988

- Criação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a partir do encontro de vários segmentos organizados de defesa da criança e do adolescente.
- I Assembleia Nacional do Fórum DCA (início da articulação)

- Criação da Associação Nacional dos Dirigentes Governamentais das Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fonacriad).
- Criação da Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Ancecl).
- Promulgação da nova Constituição Federal, com uma nova ótica dos direitos da criança e do adolescente (artigo 227).

1989

- Fórum DCA assume tarefa de articular a elaboração de um antiprojeto de regulamentação dos artigos 227 e 228 da Constituição.

1990

- Brasil assina adoção à Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Fórum DCA realiza mobilização política que resultará aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- III Assembleia Nacional do Fórum DCA.
- Fórum DCA coordena projeto que resulta na publicação do livro "A Guerra dos Meninos", do jornalista Gilberto Dimenstein.



Investimento na articulação política

Tiana Sento-Sé*



O Fórum Nacional DCA após ter trilhado um longo caminho rumo à reorganização administrativo-financeira, iniciada nos anos de 2002/2003, pode investir com mais tranquilidade e de forma mais intensa nas ações de articulação política.

Ainda vivemos momentos de construção de uma política de captação de recursos que ampie nossos parceiros e que dê sustentabilidade ao Fórum, resultando em autonomia para o embate político que se faz necessário para uma organização dessa natureza.

Buscando atender ao planejamento desenhado pelos 27 fóruns estaduais e pelas entidades filiadas, o Secretariado Nacional investiu na busca de recursos, com resultados na concretização das parcerias firmadas com o Conanda (recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente) e com o Unicef. Foi possível a realização de assessoria a vários fóruns estaduais, numa proposta de contribuir para o fortalecimento das articulações em Alagoas, Paraíba, Tocantins, Maranhão, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Norte, São Paulo, Ceará, Piauí, Pernambuco, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Goiás. Nesses encontros a tônica das discussões girou em torno do papel político dos fóruns na discussão das políticas a serem deliberadas pelos conselhos, na articulação com os municípios e no controle social.

Toda essa discussão foi pautada numa análise de conjuntura nacional realizada pelo membro do secretariado nacional e numa análise de conjuntura local, realizada por pessoas do estado.

O plano de comunicação discutido com o secretariado e que vem sendo desenvolvido pelo assessor contratado possibilitou a retomada do Rápidim e fez com que o Fórum recuperasse seu lugar como referência nas discussões relacionadas a crianças e adolescentes junto aos meios de comunicação. Vários manifestos foram produzidos com posicionamentos políticos do Fórum, sempre que os direitos de crianças e adolescentes foram violados ou em situações em que as crianças e adolescentes deixaram de ser prioridade absoluta (redução inaceitável das verbas destinadas a essa área no orçamento da União, exclusão do FUNDEB das crianças de 0 a 3 anos, situação calamitosa das unidades de privação de liberdade na maioria dos estados do país, entre outras).

Assembleia de Políticas Públicas, realizada em 2004, com a participação dos fóruns estaduais e entidades filiadas, discutiu a participação da sociedade civil e seu papel na conjuntura atual, socializou os dados do relatório encaminhado para a Comissão da Criança e do Adolescente da ONU (organizado numa parceria do Fórum Nacional com a Ancef) e apresentou os dados do relatório da Rede de Monitoramento Amiga da Criança. Essa assembleia teve ainda um papel importante na discussão política das eleições dos representantes da sociedade civil no Conanda.

Outras articulações foram possíveis, apesar da necessidade de deslocamento dos membros do Secretariado que se empenharam em participar de forma qualificada de redes e comissões como o Fórum Social Nordeste, Fórum Social Mundial (com atividades na Tenda da Criança e do Adolescente); organização de Seminário de Medidas Sócioeducativas, coordenado pela Secretária de Articulação do Fórum Nacional, Tiana Sento-Sé, com a participação do então ministro Nilmarírio Miranda, o presidente do Conanda, José Fernando da Silva, o Promotor de Justiça Afonso Konzen e Francisca Pini, do Fórum DCA de São Paulo). Ainda no Fórum Social o Fórum esteve presente na mesa de debate da Rede de Monitoramento Amiga da Criança.

No Comitê intersetorial de elaboração do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária o Fórum pode, com os demais participantes, contribuir nos debates e formulação pautando a importância dos fóruns e conselhos na divulgação e implementação do mesmo, bem como trazendo ao executivo a sua responsabilidade na destinação de recursos. No Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes foi possível discutir os novos rumos da mobilização e contribuir na divulgação das ações do 18 de maio.

O Comitê do Semi-Árdo Brasileiro, pelo município aprovado e prefeito amigo da criança, Pró-Conselho Brasil, as discussões do SINASE e do Projeto de Lei de execução das Medidas Sócioeducativas são questões com as quais o Fórum se envolveu e articulou a ampliação desses debates utilizando como estratégias o Rápidim, visitas aos fóruns e participação em reuniões e atividades.

Precisamos investir cada vez mais na relação com a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente e retomar a articulação com o Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Sabemos que muitas são as frentes de articulação e que existe muito a consolidar e implantar. A articulação entre as entidades, os fóruns estaduais e municipais é fundamental para que uma verdadeira e poderosa rede seja consolidada. Só assim poderemos fazer juntos com que a criança e o adolescente seja realmente PRIORIDADE ABSOLUTA!

* Secretária de Articulação do Fórum Nacional DCA, representando o Instituto Brasileiro de Inovações Sociais (IBISS).

VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente terá controle social como tema central

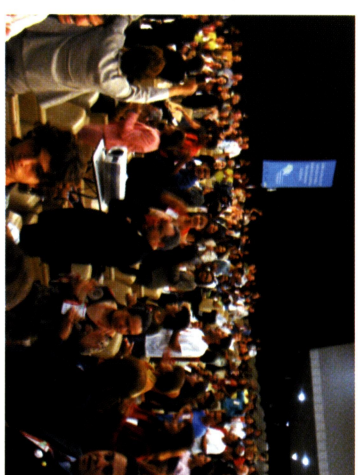
A VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como tema central: "Controle Social, Participação e Garantia de Direitos – Por uma Política para a Criança e o Adolescente". O evento será realizado em Brasília (DF) entre os dias 12 e 15 de dezembro deste ano. As conferências são realizadas a cada dois anos, com a participação de centenas de delegados de todos os estados brasileiros.

A Conferência é organizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e tem como objetivo promover uma reflexão nacional com a sociedade e com o governo, a fim de reconhecer, valorizar e, sobretudo, ampliar a participação no controle social para a consolidação do princípio da prioridade absoluta, preconizado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Conferência Nacional é precedida de conferências estaduais e municipais. De acordo com o calendário estabelecido para este ano, os municípios deveriam realizar suas conferências até o dia 18 de julho de 2005. Já os estados têm prazo até o dia 17 de outubro de 2005 para realização de seus eventos. As conferências municipais e estaduais iniciam a discussão do tema central da Conferência Nacional, respeitando as diversidades locais.

São estas conferências que preparam o terreno para a Conferência Nacional. A ideia é que as conferências mobilizem pessoas ligadas aos órgãos públicos e ao movimento social de defesa dos direitos da infância e da juventude que discutam estratégias para:

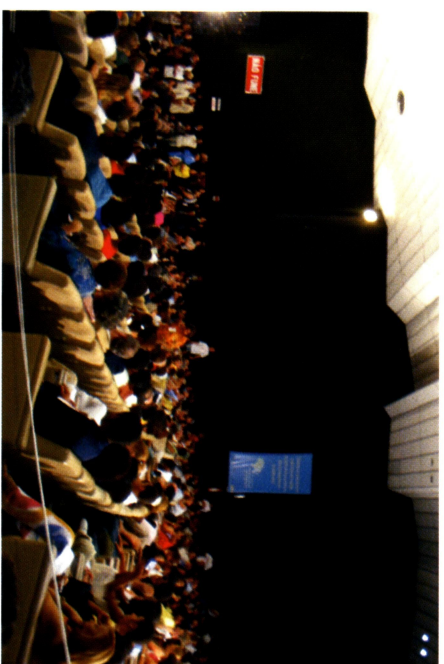
- formulação, execução e monitoramento de políticas eficientes, eficazes e efetivas de atenção aos direitos da criança e do adolescente;
- participação social na elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento público;
- participação social na promoção da igualdade e valorização da diversidade: gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual e procedência regional.



A metodologia utilizada parte do local para o global e com isso as discussões vão ganhando novos fundamentos e a troca de experiências se intensifica à medida que o debate é ampliado. Ao final do ano, um amplo debate em torno da garantia dos direitos da criança e do adolescente terá acontecido.

Desde 2001, o Conanda vem estimulando a participação de adolescentes nas conferências municipais, estaduais e nacional. Para o Conanda, esta participação deve ser respeitada e valorizada como a expressão do direito à voz e voto dos nossos jovens. Em agosto, o Conanda realizou um seminário preparatório para a VI Conferência Nacional. Os assuntos colocados em pauta foram a pessoa com deficiência, orientação sexual de crianças e adolescentes e as relações de gênero. O debate serviu como aquecimento para a Conferência Nacional.

Para fazer uma análise dos temas discutidos e que deverão ser levados à VI Conferência, o Conanda distribuiu uma ficha de avaliação para consultar todos os participantes do seminário sobre o conteúdo proposto nas palestras; os conhecimentos adquiridos; a compatibilidade dos objetivos do debate com suas necessidades; a adequação do conteúdo programático; clareza na definição dos objetivos e a carga horária.



- 1991
 - Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).
 - IV Assembleia Nacional do Fórum DCA (participação de 15 fóruns estaduais).
 - Derubada do veto ao artigo que define o Fórum DCA como responsável pela eleição dos representantes da sociedade civil no Conanda.
 - Criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil.

- 1992
 - V Assembleia Nacional do Fórum DCA (papel político, atribuições e competências).
 - III Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (participação de mais de 700 crianças e adolescentes brasileiros e delegações de vários países).
- 1993
 - VI Assembleia Nacional do Fórum DCA (Criação da Sociedade Brasileira de Defesa da Criança e do Adolescente, entidade mantenedora do Fórum).
 - Criação da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente no Congresso Nacional e início de campanha para criação de similares nos estados e municípios.
 - Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional para investigar a exploração sexual infantil-juvenil.

- 1994
 - VII Assembleia Nacional do Fórum DCA (aporturanda-se o debate sobre o caráter da participação dos fóruns estaduais).
 - I Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Temas: definição das diretrizes da política

- Publicação do relatório "Qualificação da Sociedade Civil na Implementação do Pacto pela Paz", um relatório analítico dos resultados das oficinas descentralizadas do Fórum DCA.
- Lançamento do Site do Fórum DCA com domínio próprio (www.forumdca.org.br/).
- Mudança da sede do Fórum DCA para espaço cedido pela OAB.
- Fórum DCA participa da organização do I Fórum Social Brasileiro, em Belo

- Fórum DCA visita os fóruns de Sergipe, Piauí, Maranhão, Minas Gerais, Paraná e Alagoas.
- Encontro de articulação do Conanda com os conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente, e com os conselhos tutelares.
- Seminário Nacional sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (crianças no harracoplanto e tráfico de drogas).
- A importância dos Conselhos Tutelares na Promoção e na

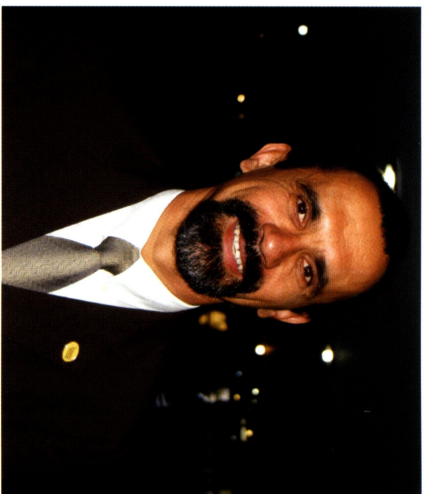
- 2004
 - Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil: *Mais Cidadania, Mais Energia*, em Fumas, Minas Gerais.
 - Seminário Criança Esperança – Igualdade na Diversidade: Pela Garantia dos Direitos de Cada Criança e Adolescente.
 - XIII Assembleia Nacional do Fórum DCA (Preenha de Políticas Públicas: a importância da sociedade civil na



Um lugar para a efetivação dos direitos humanos

José Fernando da Silva*

No final dos anos 80, uma das principais bandeiras era a luta por uma nova institucionalidade democrática. De forma sintética, esta institucionalidade se concretiza com a derrubada do Regime Militar, na realização de eleições diretas e regulares nos três níveis da federação e uma maior participação social nas decisões políticas – participação esta consagrada nos artigos 1º/parágrafo único e 204/II da Constituição Federal. É com este novo ordenamento jurídico que as organizações representativas da sociedade civil passaram a ter responsabilidades na formulação, deliberação e controle das políticas públicas.



Estas conquistas servem para reforçar a certeza de que são frutos de lutas e disputas político-jurídicas e também para alimentar a perspectiva histórica da necessidade de uma radicalidade democrática que supere as diversas formas de injustiças.

Então, qual seria a bandeira – ou as bandeiras – da sociedade civil brasileira no início deste século? A resposta (ou respostas) à indagação não é fácil e nem tarefa para poucas pessoas. A pretensão, aqui, é somente alimentar a reflexão e, se possível, a tomada de decisões.

Uma bandeira é a efetivação dos direitos humanos (DHS), que provavelmente une a todos e todas. Mas quais DHS e com qual base, se estes só podem ser pensados e efetivados, com suas dimensões historicamente construídas? Ser universais implica ser para todas as pessoas e não apenas para algumas e primar pelo total respeito à diversidade de gênero, cor, raça, etnia, idade e cultura, assim como considerar as pessoas com e sem deficiência, pela sua orientação sexual, opção religiosa e o seu endereço. A efetivação dos DHS também pressupõe sua invisibilidade e interdependência, sendo inadmissível garantir alguns dos direitos e negar outros. Este é um tripé dos DHS: universalidade, diversidade e indivisibilidade-interdependência.

Um dos campos da disputa pela efetivação dos DHS é o ciclo orçamentário, com o PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) e a LOA (Lei Orçamentária Anual). São nestes instrumentos de planejamento de programas e ações que as organizações da sociedade civil devem centrar seu *poder de fogo*.

As políticas públicas de efetivação dos DHS (Educação, Saúde, Alimentação, Lazer, Cultura, etc.) devem ser incorporadas aos orçamentos dos governos federal, estadual/distrital e municipal, do contrário, serão – as políticas públicas – peças de ficção. Neste contexto, as empresas são chamadas a darem sua cota de responsabilidade, colocando recursos para as políticas públicas e eliminando todas as formas de violações de direitos em suas práticas.

Colocar as políticas públicas de DHS no orçamento é uma parte essencial do processo, contudo não resolve o todo.

É preciso avançar nos mecanismos de controle (interno, externo e social), definidos na Constituição brasileira. Para tanto, a sociedade civil necessita avançar na reflexão sobre a sua fragmentação dentro e fora dos diversos Conselhos (Educação, Criança e Adolescente, Saúde, Assistência Social). E mais: se for para formular, deliberar e controlar as políticas públicas de DHS no ciclo orçamentário, qual o sentido da existência de conselhos cujas representações são indicadas pelos governos – ou seja, não eleitos pelo segmento específico – e de caráter meramente consultivo (cujo resultado não tem valor jurídico algum)? Portanto, a bandeira de efetivação dos DHS passa por radicalidades que não combinam com desarticulação, fragmentação e conselhos biônicos e consultivos.

*Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), representando a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) e coordenador do Programa de Democratização da Gestão Pública do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF).



Consolidação administrativa e financeira do FNDCA

Maria Natércia Leauth Cunha*

A Gestão do Secretariado Nacional, eleito para o biênio 2004/2005, encontrou uma estrutura administrativa bem melhor do que dois anos antes, mas ainda necessitando de muita organização e consolidação. O Fórum Nacional estava se rearticulando politicamente e tentando também se organizar administrativamente e financeiramente.

A primeira providência foi a regularização do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Sociedade Brasileira de Defesa da Criança e do Adolescente, entidade mantenedora do Fórum Nacional DCA. Depois disso, iniciou-se um trabalho com o objetivo de colocar em dia toda a parte contábil da entidade que estava com atraso na sua escrituração. Hoje a contabilidade encontra-se totalmente atualizada.

A organização dos arquivos do Fórum foi outro item que precisou ser trabalhado nestes dois últimos anos. Com a troca de secretárias, licenças médicas e outros problemas internos, a documentação estava em situação caótica. Este trabalho, volumoso, ainda vem sendo executado, na medida de nossas possibilidades. É necessário frisar que a estrutura administrativa do Fórum Nacional DCA é mínima: uma secretária executiva, uma assistente financeira e um assessor de comunicação.

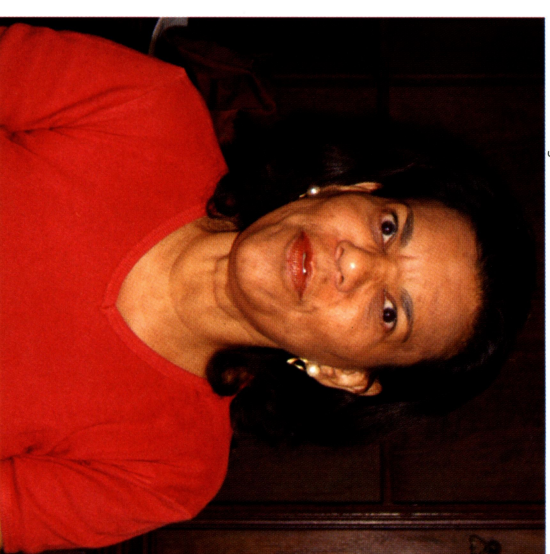
Essa pequena estrutura administrativa tem que conciliar seus trabalhos diários (arquivos, pagamentos, recepção de mensagens e documentos e resposta a estes, atendimento de telefones, atualização de agendas, representação do Fórum em eventos, entre outros) com atividades de elaboração de projetos, captação de recursos, ações sistêmicas de filiação. Com a perspectiva favorável de crescimento do Fórum e aprovação de novos projetos, será necessário redimensionar essa estrutura.

Neste ano, o Fórum vem executando um projeto de qualificação da intervenção da sociedade civil na garantia dos direitos da criança e do adolescente, aprovado pelo Conanda,

com recursos do Fundo Nacional para a Criança e O Adolescente, por meio de convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Neste projeto foram realizadas visitas de articulação a treze fóruns estaduais com vistas ao acompanhamento de suas atividades, bem como contribuir no processo de organização e gestão dos mesmos. Esta atividade gerou grande demanda interna ao Fórum Nacional DCA.

Outra atividade que vem contando com um grande empenho da estrutura administrativa do Fórum é a organização da XIV Assembleia Nacional, que acontecerá de 21 a 23 de setembro, em Brasília (DF). Nesta ocasião, serão realizadas as eleições para o novo Secretariado Nacional, que coordenará o Fórum no biênio 2006/2007.

Além disso, estamos envolvidos na elaboração e captação de projeto que viabilize a gestão administrativa e de pessoal do Fórum. O objetivo é conseguir sustentação administrativa para o Fórum por um prazo mais longo a fim de que as ações não tenham solução de continuidade.



*Secretária de Finanças do Fórum Nacional DCA, representando o Conselho Federal de Psicologia (CFP).

- Encontro Nacional de Jovens contra a Exploração Sexual em Recife.
- Lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.
- Fórum DCA co-realiza cinco oficinas regionais para construção de agendas estaduais de compromissos sobre prevenção de DST's, AIDS, gravidez precoce e uso indevido de drogas.
- IV Conferência Nacional pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Tema: Crianças e Adolescentes e Violência - "Violência e Covardia - As Marcas ficam na Sociedade", reflexão sobre a infância e a adolescência e sua relação com a violência, a fim de apontar caminhos e definir proposições que revertam a realidade vigente e

contribuam para a melhoria da qualidade de vida infanto-juvenil [Brasília, 19 a 22 de novembro].

2002

- Gestão 2002/2003 Fórum Nacional DCA - CFEES, UBEE - Marista, OAB, CISBRASIL.
- Lançamento do Site do Fórum DCA.
- Monitoramento e instrumentalização das deliberações da IV Conferência Nacional Pelos Direitos da Criança cujo eixo norteador é o Pacto pela Paz.
- Fórum DCA realiza cinco oficinas regionais (Belém, Olinda, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília) com o objetivo de levantar propostas para os fóruns e frentes estaduais de defesa na concretização do Pacto pela Paz.

• Fórum DCA realiza Plenária de Políticas Públicas, que resulta na avaliação da implementação do Pacto pela Paz; retomada da discussão da Marcha Global contra o Trabalho Infantil; mobilização e articulação do processo eleitoral da sociedade civil do Conanda para

gestão 2003/2004; fortalecimento dos Fóruns Estaduais.

• Retomada de reuniões mensais entre o Secretariado Nacional do Fórum DCA com os representantes da sociedade civil no Conanda.

• Fórum DCA realiza com o Cecria a oficina nacional de formulação de estratégias para o acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil em Junho de 2002, que resulta na

criação do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescente.

• Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS).

2003

- XII Assembleia Nacional do Fórum DCA - Gestão 2004/2005: UBEE - Marista, Fundação Abrinq, CFP IBISS (em substituição ao MNVMMR).
- V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Temas: Pacto Pela Paz – Uma Construção Possível; promover ampla reflexão sobre o protagonismo social na implementação do Pacto Pela Paz no contexto das relações Estado e Sociedade [Brasília, 01 a 05 de dezembro].

nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; fortalecimento da articulação entre o Conanda e os conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente; estabelecimento de uma pauta nacional de prioridades e eventos para o próximo biênio; aprovação do relatório brasileiro que será encaminhado às Nações Unidas sobre a implantação da Convenção Internacional [Brasília, 21 a 25 de novembro].

- Assembleia Extraordinária do Fórum DCA para avaliar a continuidade ou o fim da articulação.
- CFPs da Exploração Comercial Sexual de Crianças e Adolescentes e de Exploração do Trabalho Infantil contribuem para fortalecer mobilização sobre os temas.
- A temática da criança e do adolescente em conflito com a lei torna-se um dos pontos de pauta prioritários de todo o movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- Fórum DCA e outras entidades monitoram debates sobre rebaixamento da idade penal.

1995

- VIII Assembleia Nacional do Fórum DCA (aprovada a filiação de centros de estudos que tenham ação independente).
- IV Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (participação de 906 crianças e adolescentes).
- Fórum DCA participa de articulações e mobilizações que conseguem

impedir ameaças aos direitos da criança e ao adolescente, especialmente em relação à redução da maioridade penal.

1996

- IX Assembleia Nacional do Fórum DCA (redesenho do Fórum DCA).
- Realização com os cinco estaduais regionais com os fóruns estaduais.
- II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Temas: Crianças e Adolescentes: prioridade absoluta; avaliação dos 7 anos do Estatuto tendo como parâmetros a erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalho do adolescente, violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes; ato irratificável emendas socioeducativas e Conselhos Tutelares; Orçamento Público e Fundos [Brasília, 17 a 19 de agosto].
- Criação da Circo - Comissão Interinstitucional da Região Centro-Oeste de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (participação de 1628 municípios).
- Luta pela erradicação do trabalho infantil é travada em diversas frentes, com maiores expressões na Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, no Fórum pela Erradicação do Trabalho Infantil e nos fóruns estaduais e municipais sobre o tema.
- Realização da Marcha Global pela Erradicação do Trabalho Infantil no Mundo. A Marcha sai de vários países rumo a Genebra, na Suíça, onde acontece a Conferência da Organização Internacional do Trabalho.
- Emenda Constitucional nº 20 proíbe o trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.
- V Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (participação de 926 crianças e adolescentes).

Entidades Filiações

Confira aqui os dados de sua entidade. Em caso de incorreção, favor entrar em contato com a secretaria executiva do Fórum Nacional DCA.

ABEC - Manisa - Associação Brasileira de Educação e Cultura

Dario Bortolchini
Rua dos Lavareiros, 1023 São Paulo - SP
Cep: 01.519-000
Fone: (11) 3207-4866, 3388-4700
E-mail: abec@abec.org.br
Site: www.abec.org.br

ABMWP - Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Defesa da Criança e do Adolescente

Laila Saad A. O. Stukair
Rua Boa Vista nº 76, 5º andar São Paulo
Cep: 01.014-000
Fone: (11) 3111-99985
E-mail: abmwp@abmwp.org.br
Site: www.abmwp.org.br

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais e Multiprofissionais de Proteção à Infância e à Adolescência

Saturina Teles da Silva
Rua Fonseca Reis, 121 - 2º andar - São Cristóvão
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 20.940-200
Fone: (21) 2589-5656, Fax: (21) 2580-8057
E-mail: abong@abong.org.br
Site: www.abong.org.br

ACM - Associação Cristã de Moços

Waldir Pereira
Rialvesco Resena, 125, 10º andar, C. 103/104
O1303-010-São Paulo/SP
Fone: (11) 3256-7556, 3259-7524, Fax: (11) 3151-2573
E-mail: ymca@acm.org.br
Site: www.acm.org.br

Aldéias Infantes - SOS

Luisa Tereza Dias Maranhão
Rua José Antonio Coelho 400
Vila Mariana Cep: 04.104 - 060
Fone: (11) 5574-8199
E-mail: sos@aldéiasinfantes.org.br
Site: www.aldéiasinfantes.org.br

Amencar - Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente

Lodi Unnoo Paoli
Rua André Ebling, 234 - Bairro Sarm André
São Leopoldo/RJ - Cep: 93001-970
Fone: (51) 588-2368, 588-2222
E-mail: info@amencar.org.br ou
atc@amencar.org.br
Site: www.amencar.org.br

Anced - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente

Renato Rosendo
Rua Barão de Itapetininga, 255 - sala 1104
Bairro República São Paulo - SP
Cep: 01.042-001
Fone: (11) 3159-4118, Fax: (11) 32570365
E-mail: anced@terra.com.br
Site: www.anced.org.br

1999

• X Assembleia Nacional do Fórum DCA (debate sobre pagamento de anuidades e desfiliação);
• Fórum DCA coordena com o Inesc a elaboração do Relatório Geral do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (PIDESC) apresentado a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

Cartas Brasileira

Márcia Hora Acioli
SDS Blicco P. Sala 410 - Ed. Venâncio III
Brasília/DF - Cep: 70.393-905
Fone: (61) 3325-3870, 3325-7473,
Fone: (61) 3226-0701, 3226-5008
E-mail: cartas@cartas.org.br
Site: www.cartasbrasil.org.br

Cecla - Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes

Karina Figueiredo
W/3 Norte SEPN - 506 Bl. "C" - Ed. Policia
Rodoviária Federal
Mezanim - Salas 21/25
Brasília/DF - Cep: 70.740-530
Fone: (61) 3274-6432, 3340-8708
E-mail: cecla@cecla.org.br ou
diretoria@cecla.org.br
Site: www.cecla.org.br

Cecup - Centro de Educação e Cultura Popular

Normanda Batista
Fundo da Cidade de Sadoquia/BA - Caixa Postal 2042
Fono: (71) 3321-2604, 3321-0412
E-mail: cecup@itico.com.br
Site: www.cecup.org.br

CAT - Central Autónoma de Trabalhadores

Lerete Teixeira da Costa
Rua General Serrão, 152 - Vila Mariana
São Paulo - SP
Fone: (11) 5082-3998
E-mail: cat@lul.com.br
Site: www.cat.org.br

CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire

José Fernando da Silva
Rua 27 de Janeiro, 181, Camo
Olimpina/PE - Cep: 53020-020
Fone: (81) 3301-5241, 3301-5246
E-mail: fernando@ccfl.org.br
Site: www.ccfl.org.br

Cendhe - Centro Dom Heider Câmara de Estudos e Ação Social

Valéria Nepomuceno
Rua Gervásio Pires, 921 - Boa Vista
Recife - PE - Cep: 50.050-070
Fone: (81) 3231-3464, 3222-0378,
Fax: (81) 3222-6177
E-mail: cendhe@terra.com.br
Site: www.cendhe.org.br

CESS - Conselho Federal de Serviço Social

Elisabeth Borgone
Setor Comercial Sul-SCS - Quadra 2 Bloco C,
Edifício Serra Dourada, Salas 312/317
CEP: 70300-902
Brasília-DF
Fone: 3223-1652, 3223-1351, Fax: 3223-2420
E-mail: cless@cess.org.br
Site: www.cless.org.br

CGT - Central Geral dos Trabalhadores

Antônio Teixeira da Silva Filho
Rua do Sero, 308, Lapa Nova
Belo Horizonte - MG
Cep: 31.210-100
Fone: (31) 3423-8686
E-mail: antonio@central.org.br
Site: www.cgt.org.br

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

Antônio Marques
SDS - Ed. Venâncio III - SALAS 101/106
BRASÍLIA-DF
Cep: 70.393-902
Fone: (61) 3225-1003, Fax: (61) 3225-2685
E-mail: cnete@cnete.org.br
Site: www.cnete.org.br

Comunidade Bahá'í

Antônia Patrícia de Carvalho
SHS OL 08 Conj. 02 Casa 15
CEP: 71.620-225
Lagoas Sul - Brasília / DF
Fone: (61) 3364-3594
E-mail: antonia@bahai.org.br
Site: www.bahai.org.br

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - Contratun

Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho
STRYS 701 Conj. 05 Bl. 8 Sala 227/234
Fono: (71) 2509-0660, Fax: (71) 3852-3517
Brasília - DF
Fone: 4501-8200, Fax: (61) 4501-8220
E-mail: contratun@contratun.org.br
Site: www.contratun.org.br

Confederação das Inspetorias Salesianas de Bom Bosco do Brasil - CISBRASIL

Miriam Maria do Santos
SCRS Quadra 506 Bloco B lates 1/2,
CEP: 70.350-525 - Brasília - DF
Cajá Parque, 8641 - Brasília - DF
Fone: (61) 3325-6195, 3323-1187,
Fax: (61) 3325-6197
E-mail: cisbrasil@salesianosdobosco.org.br
Site: www.salesianosdobosco.org.br

Cria - Centro de Referência Integral de Adolescentes

Maria Eleonora Damás Lemos R. Rabello
R. Gregório de Matos, 21 - 1º e 2º and.
Ribeirão
Salvador/BA - Cep: 40025-060
Fone/Fax: (71) 3322-1334
E-mail: cria@cria.org.br
Site: www.criano.org.br

CUT - Central Única dos Trabalhadores - Comissão Nacional dos Direitos da Criança/Adolescente

Maria Isabel da Silva
Rua Caetano Pinto, 572 - 2º Andar, Brás
São Paulo - SP
Cep: 03041-000
Fone: (11) 2108-9160, 2108-9181 (recados
com Juliana)
E-mail: bel@cut.org.br e
www.cut.org.br

Federação Nacional das Ações

Doracy Gomes Norato
SDS - Ed. Venâncio IV - Cobertura
Brasília/DF - Cep: 70393-900
Fone: (61) 2109-0100, Fax: (61) 2109-0150
E-mail: fedacao@fnad.org.br
Site: www.fnad.org.br

Fundação Abrindo os Direitos da Criança

Imar Gonçalves Batista
Rua Lisboa, 244
São Paulo/SP - Cep: 05459-000
Fone/Fax: (11) 3081-0699 - Ramal 120
E-mail: imar@fundad.org.br
Site: www.fundad.org.br

Fundação Fé e Alegria - RJ

Claudio Augusto Vieira da Silva
Rua Jambina, 115 - sobre loja - Botafogo
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 22.251-050
Fone: (21) 2288-2725, 2286-2171, Fax: (21)
2537-2621
E-mail: fa@fel.org.br
Site: www.fel.org.br

Fundo Criança

José Luiz Esteves
Rua Curitiba, 689 - 6º andar, Centro
Cep: 30.170-120, Belo Horizonte-MG
Fone: (31) 3279-400, Fax: (31) 3279-416
E-mail: fcri@fundocri.org.br
Site: www.fundocri.org.br

Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Av. Rio Branco, 124 - 8º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 20148-900
Fone: (21) 2509-0660, Fax: (21) 3852-3517
E-mail: ibase@ibase.org
Site: www.ibase.org.br

Ibiss - Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social

Tiana Seno Sê
Av. General Justo nº 275 Sala 218-B Castelo
Cep: 20.021 - 130
Rio de Janeiro - RJ
Fone: (21) - 2220-3217, Fax: (21) - 2510 3222
E-mail: ibiss@ibiss.com.br
Site: www.ibiss.com.br

Ibiss - CO - Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social

Estela Márcia Scandola
Rua Nicolau Fragelli, 200, Bairro Amambai
Campo Grande - MS - Cep: 79.008-570
Fone: (67) 3027-6174, 3027-6172,
3027-6174, 9213-7178
E-mail: ibiss.co@brturbo.com.br

Inesc - Instituto de Estudos Socioeconômicos

Francisco Sadeck
Fone: (61) 3212-0200, Fax: (61) 3212-0216
SCS Ocl. 8 - Bl. B-50 - Sala 429 - Ed.
Venâncio 2000 - CEP: 70333-970
E-mail: fcsadeck@inesc.org.br
Site: www.inesc.org.br

MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos

Josiane Gamba
SEPN, 506 - Bloco C - Subsolo 34
Brasília/DF - Cep: 70740-530
Fone: (61) 3273-7320, 3273-7170
E-mail: mndh@ndh.org.br
Site: www.mndh.org.br

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Maria Julia Chaves Depnurski
HIGS 703 - Bloco "T", casa 42
Brasília/DF - Cep: 70331-712
Fone: (61) 3226-9634, 3226-9627
E-mail: associacao@meninos.org.br
Site: www.mnm.org.br

MOC - Movimento de Organização

Plan Nacional de Enfrentamento do Trabalho Infantil e da Violência Sexual.
Encontro Nacional dos 10 anos do ECA. Construindo Estratégias na Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, promovido pela Amencar, Pastoral do Menor, Visão Mundial, Instituto Marista de Solidariedade, Salesianos do Brasil, Fundo Criança para a Criança e Fórum DCA.

Comunidade

Thomas Vogel
Rua Pontal, 61 - Guzeiro Caixa Postal, 338
Feira de Santana/BA
Cep: 44017-170
Fone: (75) 3221-1993, Fax: (75) 3221-1604
2537-2621
E-mail: yajul@velonmail.com.br
Site: www.velonmail.com.br

Núcleo de Trabalhos Comunitários da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP

Maria Stela Santos Graçiani e Maria Bernadete Maciel Cordeira
Rua Ministro de Godoy nº 1181
Perdizes - São Paulo - Cep: 05.015- 001
Fone: (11) 3864-6503, 3864-7377
E-mail: nuc@pucsp.org.br
Site: www.pucsp.org.br

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

Marta Marília Tomim
SAS Quadra 05, lote 01, Bl. M - Ed. OAB
Brasília/DF - Cep: 70.438-900
Fone: (61) 3316-9673 Fax: (61) 3316-9667
E-mail: tomim@matrx.com.br
Site: www.oab.org.br

Pastoral da Criança - CNPC

Rua Jacarandá, 1691, Bairro Mercês
Curitiba - Paraná - CEP - 80.810-900
Fone: (41) 3336-0250
E-mail: past@pastoralda crianca.org.br
Site: www.pastoralda crianca.org.br

CNBB - Pastoral do Menor

Marielle Cruz
Rua João Pessoa, 16 - Cx. Postal 94
Cep: 88.801-530 - Centro - Criciúma/SC
Fone: (48) 433-1581, Fax: (48) 3045-6313
E-mail: pastmenor@terra.com.br
Site: www.cnbb.org.br

Projeto de Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo do Campo (SP)

Rua Jurubatuba nº 1610 - Centro
São Bernardo do Campo/SP - Cep: 09.725-001
Fone: (11) 4339-1476, 4339-6929
E-mail: projeto@meninosderua.org.br

SBP - Sociedade Brasileira de Pediatría

Elisabeth Azeredo
Rua Santa Clara, 292, Copacabana
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 22041-010
Fone: (21) 2548-1999, Fax: (21) 2547-3567
E-mail: sbp@sbp.com.br
Site: www.sbp.com.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua Vinte e Nove de Abril, 11, Bairro Bom Fim
Rio de Janeiro/RJ - Cep: 90035-060
Fone: (51) 3314-0300
E-mail: usbe@maristas.org.br
Site: www.maristas.org.br

USBE - Marista - União Sul Brasileira de Educação e Ensino

Paulo Vinícius
Rua V